

COMISSÃO BILATERAL LUSO-BRASILEIRA DE SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

QUARTA REUNIÃO CONJUNTA - Ata da primeira sessão

Aos 10 dias de abril de 2000, nas instalações do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, teve lugar a primeira sessão da quarta reunião conjunta da Comissão Bilateral Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, sob a presidência conjunta do professor-doutor Artur Teodoro de Matos, pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) e do professor Jaime Antunes da Silva, pelo Arquivo Nacional do Brasil Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Estiveram presentes, por parte da Seção Portuguesa, tenente-coronel Aniceto Afonso, do Arquivo Histórico Militar (AHM), doutor José Sintra Martinheira, do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), contra-almirante Luís Joel Alves de Azevedo Pascoal, do Arquivo Central da Marinha (BCM/AC), doutora Maria do Carmo Dias Farinha, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), doutora Maria de Lurdes Henriques, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), doutora Maria Isabel Fevereiro, do Arquivo Histórico Diplomático (AHD), doutora Maria Luísa Abrantes, do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), doutora Maria Valentina Sul Mendes, da Biblioteca Nacional (BN) e, por parte da Seção Brasileira, doutora Anna Amélia Vieira Nascimento, do Arquivo Público do Estado da Bahia, professor-doutor Caio César Boschi, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), doutora Carmen Tereza Coelho Moreno, da Biblioteca Nacional, doutora Esther Caldas G. Bertoletti, do Projeto Resgate/Ministério da Cultura, doutora Lúcia Monte Alto Silva, do Arquivo Histórico do Itamaraty, doutora Maria do Carmo Teixeira Rainho, do Arquivo Nacional, comandante Maria Rosângela da Cunha, do Ministério da Marinha,W coronel Paulo Dartanhan Marques de Amorim, do Arquivo Histórico do Exército, professora-doutora Regina Wanderley, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), doutora Silvia Ninita de Moura Estevão, do Arquivo Nacional. Estiveram ainda presentes: doutor João Paulo Salvado (CNCD) e doutor Luís da Cunha Pinheiro (CNCDP).

O presidente da Seção Brasileira iniciou a reunião cumprimentando os presentes e destacando o significado do encontro., 'A seguir, comentou sobre a importância do apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para a execução dos projetos das instituições do Rio de Janeiro que integram a COLUSO. Falou também sobre os instrumentos de pesquisa que começam a aflorar, citando as bases de dados desenvolvidas pelo Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Arquivo Histórico do Exército. Afirmou que o tratamento e o acesso à informação devem figurar no mesmo patamar da duplicação de documentos pois todas as atividades têm a mesma relevância. Citou as atividades desenvolvidas fora do Rio de Janeiro, como os projetos realizados pelo Arquivo Público do Estado da Bahia e pelo Arquivo Público do Pará. Logo após, discorreu sobre a demanda das instituições portuguesas quanto à necessidade de acelerar o processo de microfilmagem de documentos de interesse para Portugal no Brasil. Segundo Jaime Antunes, tal demanda merece algumas ponderações. Antes de mais nada, salientou que é graças ao Projeto Resgate, iniciado na década de 1990, sob a coordenação do Ministério da Cultura, que o AHU pôde microfilmar parcela significativa da sua documentação. Este trabalho recupera os esforços empreendidos anteriormente, nomeadamente o do professor Caio Boschi. Além disso, com relação às instituições brasileiras ressaltou que há uma dificuldade muito grande quanto aos equipamentos de microfilmagem. Daí a importância do apoio da CNCDP na implementação de algumas frentes de trabalho. Outro fato apontado pelo presidente da Seção Brasileira é que a microfilmagem precisa ser consequente, ou seja, exige, muitas vezes a revisão de documentos que foram tratados no século XIX.

O presidente da Seção Portuguesa, por sua vez, lembrou que o objetivo da COLUSO é resgatar fontes que contribuem para o conhecimento do nosso passado comum. Disse que

compreende as dificuldades citadas pelo professor Jaime Antunes e lembrou que já chegaram a Portugal rolos de microfilmes de diversas instituições brasileiras. Enfatizou que está otimista com relação ao processo de microfilmagem de documentos pelas instituições brasileiras, diversamente do que ocorria na última reunião. Reconheceu que Portugal e Brasil encontram-se em situações diferentes quanto aos recursos para microfilmagem e finalizou sua fala destacando o trabalho de Esther Bertoletti.

Jaime Antunes propôs que na sessão do dia 11 de abril se fizesse a leitura da ata da terceira reunião, a fim de que os membros da Comissão discutissem e sugerissem inclusões e sugestões, para que já na sessão do dia 12 de abril se procedesse a leitura final. A seguir anunciou que a partir daquele momento os membros da COLUSO fariam a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições, ressaltando que a única ausente era o Arquivo Público do Pará.

Maria do Carmo Teixeira Rainho fez um balanço das atividades em curso na Coordenação de Pesquisa e Promoções Culturais do Arquivo Nacional. Apresentou os resultados do projeto *Roteiro de fontes do Arquivo Nacional para a história dos descobrimentos portugueses*, convidando os participantes a conhecerem a correspondente base de dados. Comentou que esta base estará disponibilizada brevemente no Arquivo Nacional e também em formato de CD-ROM a ser comercializado. Destacou ainda que está sendo preparado um número especial da revista *Acervo* dedicado aos 500 anos do descobrimento denominado Escritas do Brasil e lembrou do livro *Memórias de Dugay Trouin* que será publicado em convênio com a Editora da Universidade de Brasília. A seguir, apresentou o projeto *A corte de d. João VI no Brasil* - Roteiro de fontes para a administração joanina, destacando que este já teve início com o financiamento do Programa ADAI aguardando outros apoios.

Silvia Ninita de Moura Estevão, discorreu sobre as dificuldades, inclusive financeiras, para o tratamento/organização da Coleção Negócios de Portugal, por parte da Coordenação de Documentos Escritos do Arquivo Nacional. Comentou que o projeto *Movimentação de Portugueses* encontra-se em fase final de re:visão, devendo ser editado no final do ano. Apresentou os dados que podem ser pesquisados na base LUSO, convidando os presentes a visitarem-na. Lembrou, para finalizar, que este projeto vem sendo desenvolvido graças à Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e ao Liceu Literário Português.

Maria do Carmo Dias Farinha lembrou que as atividades desenvolvidas pelo IAN/TT encontram-se no Guia que foi encaminhado ao Arquivo Nacional. A base de dados da instituição denomina-se MULTIARQ.

Carmen Moreno comunicou que o Inventário dos Códices da Inquisição de Goa encontra-se em meio eletrônico, não tendo sido ainda publicado. Comentou que foi iniciada a identificação dos documentos da Coleção Casa dos Contos, atividade que deve estar concluída em dezembro do ano 2000. Apresentou os inventários que já estão concluídos: João Rodrigues de Macedo e Inconfidência Mineira e Tiradentes. Lembrou que a CNCNP apóia o tratamento da documentação da Coleção Linhares, a qual foi comprada pela Biblioteca Nacional em 1895; este trabalho já se encontra em base de dados, faltando ser publicado. Para finalizar, apresentou as coleções que já foram microfilmadas e aquelas que estão sendo microfilmadas no momento, e destacou que a Coleção Portugal é o próximo projeto a ser desenvolvido pela Divisão de Manuscritos da BN.

Maria Valentina Sul Mendes ressaltou que a Biblioteca Nacional de Lisboa está aberta à qualquer solicitação brasileira com relação à microfilmagem de documentos.

Maria Luísa Abrantes destacou o desenvolvimento do Projeto Resgate. Comentou que a documentação concernente ao Brasil abrange os séculos XVI a XIX. Refere-se ao governo central e sua relação com as capitâncias. É formada por documentação avulsa, códices, documentos cartográficos e iconográficos. Citou as capitâncias cuja documentação encontra-se no AHU e apontou que os documentos relativos ao Brasil ocupam um quilômetro de estanteria. A seguir, apresentou as séries documentais que já estão sendo microfilmadas e fotografadas (documentos iconográficos e cartográficos) e as que estão em bases de dados.

Na sua intervenção, Maria de Lurdes Renriques apontou que está de acordo e solidária com Silvia Ninita quanto à questão do trabalho a ser executado no Arquivo Nacional. Lembrou que o objetivo original da COLUSO é a microfilmagem da documentação do período colonial e discorreu sobre os documentos que foram levantados pela missão técnica portuguesa no Brasil e que ainda não foram microfilmados. Comentou que o material da Biblioteca Nacional e do Itamaraty está sendo microfilmado e que, com relação ao Arquivo Nacional, haveria a possibilidade de ajuda dos técnicos do IAN/TT para o tratamento arquivístico.

O professor-doutor Artur Teodoro de Matos destacou que não duvidava dos esforços do Arquivo Nacional para microfilmar a documentação colonial de interesse para Portugal. Com referência à Coleção Negócios de Portugal afirmou que se deve buscar apoio para a sua microfilmagem, uma vez que a vigência da CNCDP está por findar.

Isabel Fevereiro perguntou como foi vista a documentação da Coleção Negócios de Portugal no projeto *Roteiro de fontes do Arquivo Nacional para a história dos descobrimentos portugueses*

Maria do Carmo Teixeira Rainho respondeu que a Coleção foi indexada na base de dados até 1808, marco cronológico do projeto. Quanto à ajuda que a base poderia proporcionar à microfilmagem, afirmou que ela permitiria o conhecimento dos grandes núcleos documentais depositados no Arquivo Nacional, os quais poderiam ser alvo de futura microfilmagem.

Jaime Antunes lembrou que a base do Roteiro de fontes trabalha com palavras-chave, a partir de um tesouro e que poderia ser útil para o conhecimento de outros documentos de interesse para microfilmagem. A seguir falou sobre a Coleção Negócios de Portugal e das avaliações dos documentos que foram feitas na década de 1980. Lembrou a complexidade da documentação e afirmou que, tecnicamente, os documentos não estão tratados como deveriam. Citou que a Coleção Casa dos Contos precisa sofrer intervenção para o tratamento e organização. Sugeriu que ela seja incluída em um programa de trabalho futuro pelas instituições que a detém.

Maria Luísa Abrantes destacou a importância das parcerias. Citou que talvez fosse interessante ter técnicos portugueses aqui, na organização da Coleção Negócios de Portugal.

Esther Bertoletti concordou com a necessidade de se estabelecer parcerias e com a sugestão da diretora do AHU.

A sessão da tarde teve início com o coronel Aniceto Afonso, citando que o AHM possui alguma documentação de interesse para o Projeto Resgate. Afirmou que a instituição não possui apoio externo nem projetos específicos. Comunicou que foi feita uma revisão do catálogo referente ao Brasil e que se desenvolveu uma base de dados e um primeiro instrumento de descrição arquivística com a documentação sobre o Brasil. O coronel exibiu dois exemplares do catálogo, ressaltando que este foi feito por militares e não por técnicos, e por isso necessita de uma revisão. Discorreu sobre a metodologia para a revisão do catálogo que incluiu, em alguns casos, descrição nova de grandes núcleos documentais (os quais foram divididos em parcelas menores). A prioridade do AHM não é a microfilmagem; os produtos são o catálogo e a base de dados. Para médio prazo pensa-se em trabalhar com a iconografia, cartografia e uniformes.

O coronel Paulo Dartanhan iniciou explicando o que é o Arquivo Histórico do Exército, em realidade, "arquivo administrativo do Exército". Citou documentos que lá se encontram, falou das dificuldades para desenvolver as atividades. Comentou as tarefas desenvolvidas pelos estagiários, a partir do convênio com a UERJ. Destacou a necessidade de digitadores para a posterior produção de um CD-ROM e de recursos para a editoração de um catálogo.

O contra-almirante Luís Joel Alves de Azevedo Pascoal ressaltou que a situação do Arquivo Central da Marinha é difícil devido à falta de recursos. Frisou que, tal qual o Arquivo Histórico Militar, o ACM vem sofrendo vicissitudes desde o terremoto de Lisboa e da vinda da Corte, passando pelas guerras liberais (que geraram a 'vandalização do acervo'), chegando à implantação da República Portuguesa. Há falta de técnicos abalizados - os militares é que executam as atividades de arquivo. A proposta do ACM é fazer dois catálogos com a documentação da Marinha.

Anna Amélia Vieira Nascimento, do Arquivo Público do Estado da Bahia, discorreu sobre a instituição, sua fundação e os documentos que possui. Destacou aqueles referentes às Ordens Régias e Provisões Reais. Citou os que já foram microfilmados e os que ainda precisam ser. Informou que existe um inventário pronto e publicado.

Lúcia Monte Alto Silva, do Arquivo Histórico do Itamaraty destacou que o *Catálogo da documentação anterior a 1822* está em fase de publicação. Também estará disponível em uma base de dados.

Isabel Fevereiro comunicou que o AHD não possui documentação referente ao período colonial. Informou que o fundo Negócios Estrangeiros anterior a 1850 encontra-se no IAN/TT.

Regina Wanderley discorreu sobre o *Inventário Analítico da Documentação* do IHGB, trabalho que, segundo ela, mostrou-se mais difícil do que o previsto devido ao volume de documentos. Comentou que a base de dados já está sendo desenvolvida e que a documentação não está toda controlada. Citou documentos importantes do período colonial que estão sendo tratados, aqueles referentes à Ásia e África e ainda um original da legislação portuguesa referente ao período holandês no Brasil.

O professor-doutor Artur Teodoro de Matos cobrou a edição do *Catálogo dos Manuscritos do IHGB*, uma vez que a CNCDP está apoiando o projeto com um digitador. E nada mais havendo a acrescentar, o presidente da Seção Brasileira deu por terminada a reunião, fitando a próxima sessão de trabalhos marcada para o dia 11 de abril no Itamaraty.

Eu, Maria do Carmo Teixeira Rainho, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, seguindo-se a assinatura do presidente da Seção Brasileira, professor Jaime Antunes da Silva e do presidente da Seção Portuguesa, professor-doutor Artur Teodoro de Matos.

COMISSÃO BILATERAL LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

QUARTA REUNIÃO CONJUNTA - Ata da segunda sessão

Aos 11 dias de abril de 2000, nas instalações do Palácio Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, teve lugar a segunda sessão da quarta reunião conjunta da Comissão Bilateral Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental sob a presidência conjunta do professor-doutor Artur Teodoro de Matos, pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) e do professor Jaime Antunes da Silva, pelo Arquivo Nacional do Brasil e Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Estiveram presentes, por parte da Seção Portuguesa, tenente-coronel Aniceto Afonso, do Arquivo Histórico Militar (AHM), doutor José Sintra Martinheira, do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), contra-almirante Luís Joel Alves de Azevedo Pascoal, do Arquivo Central da Marinha (*BCM!* AC), doutora Maria do Carmo Dias Farinha, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), doutora Maria de Lurdes Henriques, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), doutora Maria Isabel Fevereiro, do Arquivo Histórico Diplomático (AHD), doutora Maria Luísa Abrantes, do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), doutora Maria Valentina Sul Mendes, da Biblioteca Nacional (BN) e, por parte da Seção Brasileira, doutora Anua Amélia Vieira Nascimento, do Arquivo Público do Estado da Bahia, doutora Carmen Tereza Coelho Moreno, da Biblioteca Nacional, doutora Esther Caldas G. Bertoletti, do Projeto Resgate/Ministério da Cultura, doutora Lúcia Monte Alto Silva do Arquivo Histórico do Itamaraty, doutora Maria do Carmo Teixeira Rainho, do Arquivo Nacional, comandante Maria Rosângela da Cunha do Ministério da Marinha, coronel Paulo Dartanhan Marques de Ámorim, do Arquivo Histórico do Exército, professora-doutora Regina Wanderley, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), doutora Silvia Ninita de Moura Estevão, do Arquivo Nacional. Estiveram ainda presentes: doutor João Paulo Salvado (CNCDP) e doutor Luís da Cunha Pinheiro (CNCDP).

O presidente da Seção Brasileira iniciou a sessão apresentando a pauta do encontro, que consistia na apresentação dos acervos de interesse para a história colonial brasileira por parte de representantes de diversas instituições arquivísticas.

Patrícia Menezes, representante do Arquivo do Estado de São Paulo, comentou que a instituição produziu um banco de dados com informações padronizadas sobre o acervo permanente que tem como marcos os anos de 1578 a 1983. Alguns conjuntos documentais de interesse para o período que merecem destaque foram citados por ela, dentre eles, os ofícios - correspondências trocadas entre os capitães-generais de São Paulo com os capitães de outras capitâncias, conjunto que é objeto de uma publicação denominada *Edição de fontes*. Outro conjunto documental importante, Inventários e Testamentos, também será alvo da publicação *Edição de fontes*, bem como de um catálogo que está sendo elaborado.

Leila Gontijo Soares, diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, comunicou que a documentação colonial começa a ser microfilmada, destacando que nem todos os documentos são originais e grande parte são transcrições. Destacou a série Aforamentos/Sesmarias e, a seguir, fez um relato sobre a história da cidade do Rio de Janeiro.

Rosemarie Érika Horch, representante do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, comentou que o IEB foi formado a partir da coleção Brasiliana, comprada de Yan de Almeida Prado pela USP por sugestão do historiador Sérgio Buarque de Holanda. Constitui-se de relatos de viajantes, livros sobre a Colônia, posse da terra e um pequeno arquivo. Destaca-se ainda a Biblioteca Lamego, com livros e arquivo, e os códices encadernados constituídos por manuscritos, mapas e documentos aquarelados.

Paulo Segundo da Costa, representante do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentou a instituição, que possui um arquivo com 525 metros de documentos textuais, organizado parcialmente e em fase de informatização. Comentou sobre os livros de enterramento dos escravos e o livro de marcas de escravos. Destacou que foi publicado o Catálogo dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia da Bahia (século XVII) e que estão em curso catálogos para os séculos subsequentes.

Iara Maria Aun Khoury, diretora do Centro de Documentação e Informação Científica - CEDIC da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresentou o Guia dos Arquivos das Santas Casas da Misericórdia, discorrendo sobre o modo como foi feito o levantamento dos acervos e sobre a aplicação do questionário utilizado. Comentou sobre os resultados obtidos no primeiro ano de trabalho e as dificuldades encontradas, inclusive aquelas relacionadas ao preenchimento dos formulários.

Maria Rosângela da Cunha, do Serviço de Documentação da Marinha, revelou que a instituição não possui documentação do período colonial, a qual foi recolhida ao Arquivo Nacional e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Apresentou proposta de parceria para indexação de documentos do Serviço de Documentação da Marinha que se encontram nas duas instituições.

O professor-doutor Artur Teodoro de Matos pediu uma intervenção para solicitar das instituições inventários e listagens preliminares da documentação colonial de interesse para Portugal. Afirmando ainda que a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses iria financiar a microfilmagem da coleção Lamego do IEB/USP.

A sessão da tarde teve início com Edilane Maria de Almeida Carneiro, representante do Arquivo Público Mineiro, que discorreu sobre os documentos coloniais custodiados pela instituição. O núcleo original da documentação foi recolhido em Ouro Preto, primeira sede do Arquivo. Edilane destacou os documentos da Secretaria de Governo, da Casa dos Contos e Câmaras Municipais. Toda a documentação está identificada e sumariamente descrita. O fundo Secretaria de Governo é composto por 409 códices, sendo complementar a este o acervo referente às Câmaras Municipais. O fundo Casa dos Contos é formado por documentos de caráter econômico e fiscal que se soma ao acervo do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e reconstitui a Fazenda Pública da capitania mineira. Edilane explicou que o grande desafio dessas instituições seria identificar e tratar esses documentos. Para finalizar, comentou que vem sendo desenvolvido um trabalho de microfilmagem do acervo colonial, dentro das normas internacionais.

A seguir, Rui Mourão, diretor da Casa do Pilar, apresentou o acervo do Museu da Inconfidência, o qual possui inventários, devassas, processos, registros relativos aos inconfidentes e a Aleijadinho, partituras, processos referentes a réus eclesiásticos. Apontou as necessidades da instituição: edição de inventários, preparação de CD-ROMS, pesquisa sobre compositores em Portugal.

Vânia Carvalho Rolla Santos, representante da Casa Setecentista, discorreu sobre o Arquivo Histórico que contém trezentos metros lineares de documentos. O acervo, que tem como marcos os anos de 1703 a 1956, foi recolhido pelo IPHAN na década de 1960 e transferido para a Casa. O acervo museológico da antiga Câmara Municipal também foi recolhido à instituição.

Maria de Fátima Moraes Argon, representante do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, destacou que o Arquivo possui documentos de caráter privado, do século XIX e do 1º quartel do século XX. São cinqüenta fundos com destaque para o Arquivo da Casa Imperial do Brasil, que não seguiu com d. Pedro II para a França, quando do exílio. Após análise de uma comissão, os documentos foram enviados à família imperial e levados para o Castelo d'Eu. Na década de 1940, sofreram nova avaliação e foram divididos em três catálogos. Os Anais da Biblioteca Nacional de 1939 contêm os catálogos. São documentos que se referem às capitâncias, leis pragmáticas, abertura dos portos, inquisição, dentre outros assuntos. Os documentos do período 1807 a 1816 estão inventariados, os mais antigos estão em fase de inventariação. Segundo Maria de Fátima, a família imperial fez, recentemente, um acordo com o Museu para a manutenção de outros documentos.

Zita Magalhães, representante do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Bahia destacou que o documento mais antigo do Arquivo data de 1588. Apresentou ainda diversos documentos do período colonial custodiados pela instituição, inclusive aqueles que estão mierofilmando.

O professor-doutor Artur Teodoro de Matos pediu a palavra. Perguntou à representante do Arquivo Público Mineiro sobre as condições de conservação dos documentos da antiga seção colonial, pois segundo informações que obteve estariam muito deteriorados. Edilane Maria de Almeida Carneiro concordou com ele, mas assegurou que a instituição possui uma boa Seção de Microfilmagem, o que facilita a preservação dos mesmos. A seguir, o presidente da Seção Portuguesa da COLUSO perguntou à representante do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Bahia sobre o andamento do trabalho de inventariação da documentação colonial.

O padre Aroldo da Silva Ribeiro, representante do Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro, apresentou o acervo da instituição que, segundo ele, incluiu correspondências, compromissos de irmandades, livros de batismos, óbitos, provisões matrimoniais, livros de registros de cartas pastorais, duas grandes séries de habilitações sacerdotais e provisões matrimoniais. O padre Aroldo discorreu também sobre os problemas e necessidades do arquivo.

Nada mais havendo a acrescentar, o presidente da Seção Brasileira deu por terminada a reunião, ficando a próxima marcada para o dia 12 de abril na Ilha Fiscal.

Eu, Maria do Carmo Teixeira Rainho, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, seguindo-se a assinatura do presidente da Seção Brasileira, Jaime Antunes da Silva e do Presidente da Seção Portuguesa, professor-doutor Artur Teodoro de Matos.

COMISSÃO BILATERAL LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

QUARTA REUNIÃO CONJUNTA - Ata da terceira sessão

Aos 12 dias de abril de 2000, nas instalações da Ilha Fiscal, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, teve lugar a terceira sessão da quarta reunião conjunta da Comissão Bilateral Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental sob a presidência conjunta do professor-doutor Artur Teodoro de Matos, pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) e do professor Jaime Antunes da Silva pelo Arquivo Nacional do Brasil e Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Estiveram presentes, por parte da Seção Portuguesa, tenente-coronel Aniceto Afonso, do Arquivo Histórico Militar (AHM), doutor José Sintra Martinheira, do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), contra-almirante Luís Joel Alves de Azevedo Pascoal, do Arquivo Central da Marinha (*BCM!* AC), doutora Maria do Carmo Dias Farinha, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), doutora Maria de Lurdes Henriques, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), doutora Maria Isabel Fevereiro, do Arquivo Histórico Diplomático (AHD), doutora Maria Luísa Abrantes, do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), doutora Maria Valentina Sul Mendes, da Biblioteca Nacional (BN) e, por parte da Seção Brasileira, doutora Anna Amélia Vieira Nascimento, do Arquivo Público do Estado da Bahia, doutora Carmen Tereza Coelho Moreno da Biblioteca Nacional, doutora Esther Caldas G. Bertoletti, do Projeto Resgate/Ministério da Cultura, doutora Lúcia Monte Alto Silva do Arquivo Histórico do Itamaraty, doutora Maria do Carmo Teixeira Rainho do Arquivo Nacional, comandante Maria Rosângela da Cunha do Ministério da Marinha, coronel Paulo Dartanhan Marques de Amorim do Arquivo Histórico do Exército, professora-doutora Regina Wanderley do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), doutora Silvia Ninita de Moura Estevão do Arquivo Nacional. Estiveram ainda presentes: doutor João Paulo Salvado (CNCDP) e doutor Luís da Cunha Pinheiro (CNCDP).

A sessão teve início com a leitura da ata da segunda sessão da terceira reunião conjunta, ocorrida em Lisboa, em 1998, ficando acertado que a ata seria digitada novamente com as devidas alterações e inclusões.

A seguir, Maria Luísa Abrantes, apresentou os resultados do Projeto Resgate, previsto para terminar em 2001. Apresentou o projeto de trabalho da Série Reino, que possui 556 caixas e contém documentos do Conselho Ultramarino e também documentos de interesse para a Marinha do Brasil e de Portugal. O objetivo do Arquivo Histórico Ultramarino é produzir catálogos e índices dessa documentação, com uma equipe de oito pessoas (três do AHU e cinco a serem contratadas), trabalhando de dois a três anos. Segundo a diretora do AHU, há também quarenta caixas da Secretaria do Conselho Ultramarino com documentação interna do Conselho, a qual revela o funcionamento do órgão que administrou as colônias portuguesas, cuja organização e microfilmagem terá também todo o interesse para o Projeto Resgate.

Jaime Antunes da Silva considerou interessante a proposta apresentada e afirmou que o trabalho com a Série Reino, conforme apontou Maria Luísa, precisa ter início e fim. Apontou também a necessidade de se contatar os arquivos da África caso estes queiram cópia em microfilme desses documentos.

Esther Bertoletti interveio afirmando que o Projeto Resgate, no que diz respeito ao tratamento técnico da documentação encerra-se em abril de 2001, faltando apenas concluir a microfilmagem.

Jaime Antunes da Silva sugeriu que o Arquivo Histórico Ultramarino começasse o trabalho pela Secretaria do Conselho Ultramarino e assim que se fechasse essa série se iniciasse as atividades relativas à Série Reino.

Carmen Moreno falou sobre a proposta da publicação do inventário da Coleção Linhares. A seguir, discorreu sobre a Coleção Portugal. Segundo ela, a documentação sofreu alguns tratamentos mas hoje não se tem como localizar as informações. Seu objetivo é concluir o tratamento técnico da documentação, microfilmar a coleção e produzir um inventário. Os documentos, cerca de três mil, têm como marco cronológico os anos de 1580 a 1887. A proposta da Biblioteca Nacional pressupõe a contratação, por um período de seis meses, de seis bolsistas e um digitador, sob supervisão da instituição. As atividades de microfilmagem seriam realizadas simultaneamente, em dois meses.

Artur Teodoro de Matos perguntou sobre o percentual de documentos até 1822, pois o período entre 1822 e 1887 fugiria ao interesse de Portugal.

Jaime Antunes da Silva ponderou que este conjunto de documentos é exclusivamente sobre Portugal e como integram uma coleção deveriam ser microfilmados totalmente.

A seguir Maria do Carmo Teixeira Rainho apresentou a proposta de continuidade do projeto *Roteiro de fontes do Arquivo Nacional para a história dos descobrimentos* que, nesta etapa enfocará o período joanino.

Jaime Antunes da Silva destacou a importância do projeto para um amplo conhecimento da documentação do Arquivo Nacional de interesse para Portugal, servindo inclusive para apontar os documentos a serem selecionados para microfilmagem.

A comandante Maria Rosângela da Cunha apresentou o projeto de tratamento e microfilmagem de documentos do Arquivo Nacional de interesse para a Marinha do Brasil.

Silvia Ninita de Moura Estevão comentou que a dificuldade deste trabalho consiste no fato de que a organização da Série Marinha foi feita há trinta anos atrás por Boullier de Branche. O objetivo do Arquivo Nacional, segundo Silvia, é produzir uma base de dados e microfilmar a documentação.

Para a comandante Maria Rosângela da Cunha a Marinha poderia financiar a descrição e microfilmagem destes documentos.

Jaime Antunes da Silva falou, em seguida, sobre a Coleção Negócios de Portugal que possui quarenta metros lineares de documentos. Explicou que a documentação sofreu intervenções diversas o que toma mais complexa uma nova organização. Quanto à Série Marinha, o projeto do Arquivo Nacional prevê dez meses para organização do fundo, contando, para essa atividade, com o apoio da Marinha do Brasil. Jaime Antunes demonstrou preocupação em dar continuidade ao processo de microfilmagem dos documentos do Arquivo Nacional e discorreu sobre as dificuldades da instituição no que diz respeito aos equipamentos. Os documentos relativos à administração joanina encontram-se em códices, havendo também coleções formadas por documentos avulsos. Jaime Antunes lembrou que as instituições do Rio de Janeiro são as maiores detentoras de acervo para o período. A seguir, solicitou recursos para o reequipamento do Arquivo Nacional na área de microfilmagem, de fundamental importância para a consecução do objetivo maior da COLUSO. Jaime Antunes solicitou a doação de equipamentos, assegurando que o Arquivo Nacional entraria com recursos para a organização dos acervos e

compra de microfilmes, inclusive cópias. Para finalizar sua intervenção, afirmou que os códices já tratados poderiam ser logo microfilmados, desde que os equipamentos estejam funcionando sem problemas.

Isabel Fevereiro perguntou ao diretor-geral do Arquivo Nacional por que não microfilmar os documentos em outra instituição.

Jaime Antunes da Silva lembrou que os outros órgãos também possuem suas demandas de microfilmagem, o que tornava inviável auxiliar o trabalho do Arquivo Nacional.

Maria Rosângela da Cunha apontou que o Serviço de Documentação da Marinha possui uma máquina planetária que talvez pudesse ser cedida ao Arquivo Nacional.

Artur Teodoro de Matos perguntou se com os equipamentos do Arquivo Nacional não seria possível microfilmar os códices solicitados pela Seção Portuguesa da COLUSO.

Jaime Antunes da Silva respondeu que infelizmente isto não seria possível.

Esther Bertoletti discorreu, a seguir, sobre os equipamentos de microfilmagem das instituições sediadas no Rio de Janeiro e as dificuldades técnicas enfrentadas. Sugeriu que a Biblioteca Nacional disponibilizasse uma máquina exclusivamente para os documentos do Arquivo Nacional.

Anna Amélia Vieira do Nascimento apresentou projeto de tratamento técnico e microfilmagem dos documentos do período colonial (1625/1822). Disse que estão sendo microfilmadas as Ordens Régias dando continuidade a outros documentos já microfilmados. Apresentou ainda um projeto do Arquivo Municipal de Salvador para tratamento e microfilmagem de seus documentos coloniais. Solicitou, por fim, a doação de urna máquina de microfilme.

Artur Teodoro de Matos salientou que já havia recebido os microfilmes do Arquivo Público do Estado da Bahia, instituição que tem tido excelente participação na Comissão.

Maria Luísa Abrantes sugeriu que as cópias dos novos projetos fossem encaminhadas à COLUSO, sobretudo daquelas instituições que participavam pela primeira vez da reunião.

Encerrando a sessão da manhã, Jaime Antunes da Silva lembrou que para a continuidade da COLUSO seria necessário demonstrar que há projetos e trabalhos que justifiquem a existência da Comissão por mais tempo.

A sessão da tarde teve início com as palavras de Jaime Antunes da Silva, lembrando que ao se firmar o primeiro protocolo de colaboração entre Brasil e Portugal na área de arquivos tinha-se em vista as comemorações que ocorreram no ano 2000. Salientou que seria interessante renovar o protocolo com o objetivo de dar continuidade às atividades em curso nas instituições e iniciar novos projetos. Afirmou que o Conselho Nacional de Arquivos elaborou uma minuta para o novo protocolo, a qual foi lida em seguida por ele e alterada segundo as sugestões apresentadas por alguns membros. Jaime Antunes da Silva finalizou a reunião comunicando que em breve enviaria o texto do protocolo aos membros da COLUSO e que os projetos apresentados seriam alvo de umaplanilha a ser encaminhada a Portugal.

Maria de Lurdes Henriques enfatizou o interesse do IAN/TT quanto à obtenção de cópias xerográficas ou reprodução em microfilme, dos documentos que integram a Coleção Negócios de Portugal, no estado em que estiverem.

Jaime Antunes da Silva respondeu que não achava prudente encaminhar cópias xerográficas ou microfilmes desses documentos sem um tratamento anterior.

A seguir, discutiu-se se a base de dados Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História dos Descobrimentos Portugueses necessitaria atualizar as notações caso houvesse um novo arranjo da documentação relativa à Coleção Negócios de Portugal.

Jaime Antunes da Silva respondeu que, caso isto acontecesse, a base poderia sofrer alterações.

João Paulo Salvado, da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses pediu a palavra para afirmar que a CNCDP apoiaria o Projeto Resgate/Reencontro até dezembro de 2001. Em relação ao Projeto Reencontro solicitou que, em dezembro de 2001, estejam reunidos em Lisboa o maior número possível de rolos de microfilme. Afirmou que a Comissão não apoiará projetos de inventariação de documentos, e tampouco patrocinará a compra de equipamentos. Solicitou que os diretores de arquivos constituam fundos para os trabalhos de descrição e microfilmagem dos acervos coloniais, e enfatizou que a CNCDP continuará a apoiar os projetos já aprovados, como por exemplo, o Projeto Resgate/Reencontro, visando, assim, à sua concretização, com a entrega dos microfilmes.

No encerramento do encontro os membros presentes discutiram a data da próxima reunião conjunta da COLUSO, chegando-se à conclusão que a mesma poderia ocorrer na primeira semana de abril de 2001, em Lisboa.

Nada mais havendo a, acrescentar, o presidente da Seção Brasileira deu por terminada a reunião e eu, Maria do Carmo Teixeira Rainho, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, seguindo-se a assinatura do presidente da Seção Brasileira, Jaime Antunes da Silva e do presidente da Seção Portuguesa, professor-doutor Artur Teodoro de Matos.
